

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº xx/20xx

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério da Pesca e Aquicultura**

Nome da autoridade competente: **Cristiano Wellington Norberto Ramalho**

Número do CPF: 020.049.424-44

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - SNPA**

Identificação do Ato que confere poderes para a assinatura: **Portaria No.1.107 de janeiro de 2023 publicada no Diário Oficial da União, Edição 17, Seção 2, Página1; e Portaria No. 43 de 27 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Edição 81, Seção 1, Pagina 72.**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG 580003 – Coordenação Geral de Gestão e Administração – CGGA/MPA**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG 580006 – Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA/MPA**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal do Pará**

Nome da autoridade competente: **Emmanuel Zagury Tourinho**

Número do CPF: **153.515.992-87**

Nome Unidade Acadêmica/Administrativa Responsável pela execução do objeto do TED: **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **15230 Universidade Federal do Pará**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: **153063 – Universidade Federal do Pará**

3. OBJETO: Pesca Artesanal e Extensão Pesqueira na Amazônia (PAEXPA): pesquisa-ação com comunidades tradicionais pesqueiras artesanais para subsidiar o Programa Nacional de Extensão Pesqueira

As comunidades tradicionais pesqueiras da Amazônia situadas em ecossistemas costeiros e bacias hidrográficas têm um longo histórico de violações de seus territórios praticado pela pesca em escala comercial, por empreendimentos de mineração, de infraestrutura portuária e geração de energia. Tais fatores além de alterar as condições de sustentabilidade socioambiental que contribuem para a escassez e/ou dificuldade de acesso aos recursos pesqueiros, também comprometem a segurança alimentar, o acesso à renda e o bem-estar das famílias. Logo, é preciso identificar estratégias locais de resistência e enfrentamento desenvolvidas por comunidades e movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais para, a partir

delas, promover ações que visem instrumentar e capacitar esses sujeitos para desenvolver ações de gestão visando alcançar a sustentabilidade dos recursos considerados em situação de escassez.

A identificação dos problemas e das soluções locais, como resultado de experiências de gestão social de recursos pesqueiros de base comunitária, pode contribuir para a proposição de normativas e políticas públicas que contribuam para mudar essa situação. Como exemplo de participação das comunidades locais na promoção de políticas públicas na pesca artesanal citamos o instrumento Acordos de Pesca (IN 29-IBAMA/2002) e os projetos de gestão comunitária de recursos pesqueiros que tem como espécie alvo o pirarucu (*Arapaima gigas*) realizados em algumas regiões da Amazônia, desenvolvido por diversos coletivos de pescadores e pescadoras em lagos de várzea situados em diferentes regiões do estado do Amazonas - bacias dos rios Solimões, Purus, Juruá e Negro.

Trata-se de ações que demandam forte apoio de instituições locais, as quais não possui capacidade técnica e financeira, para promover a extensão pesqueira, com condições de capacitar esses coletivos por meio de cursos e oficinas que abordam temas como: i) o fortalecimento de processos organizativos visando promover a gestão coletiva de recursos comuns; ii) estímulo ao cooperativismo e associativismo como condição para melhoria das atividades que compõem a cadeia produtiva da pesca – tanto para a captura de espécies em espaços de uso comum, como a pesca em sistema de manejo. Contudo, é preciso identificar outras demandas que apontem para fatores que afetam as condições de gestão da pesca, de acesso aos mercados e impeçam a participação de mulheres e juventude na cadeia produtiva da pesca; ou as condições que elas se deparam para atuar nessa atividade. O uso de ferramentas de gestão que envolve habilidades tecnológicas de internet e computador, são um atrativo para que os jovens se envolvam no processo, apoiando a gestão e organização dos coletivos pesqueiros, sendo esse um grande gargalo no sentido de tornar a atividade cada vez mais viável economicamente aos manejadores e manejadoras. Tais informações contribuirão para orientar a organização de cursos, oficinas e desenvolver metodologias participativas relacionadas às atividades de extensão pesqueira, com a inclusão de agentes de diferentes órgãos da gestão pública que tem como função promover a pesca artesanal de forma sustentável e socialmente inclusiva. Citamos como exemplo as secretarias municipais de produção que geralmente possuem uma diretoria voltada para atenção à pesca artesanal; órgãos de extensão do Estado, secretarias de meio ambiente, entidades ligadas ao setor pesqueiro artesanal como associações, colônias e sindicatos, dentre outras.

As ações propostas para serem desenvolvidas por meio deste projeto visam realizar experimentos e subsidiar o processo de construção de estratégias coparticipativas baseadas em intercâmbios e aprendizagem de conhecimentos – entre pescadores e pescadoras de diferentes comunidades e contextos, e entre estes e agentes públicos, entidades de representação da categoria, da sociedade civil - para contribuírem na formulação de uma proposta de reformulação da política de extensão pesqueira artesanal no país. Para tanto, serão identificadas demandas das comunidades locais por meio da realização de diagnósticos participativos, construção de espaços de discussão visando a elaboração de propostas de políticas de gestão e extensão da pesca artesanal, fortalecendo os meios de subsistência de pescadores e pescadoras artesanais. Buscaremos identificar demandas pela implementação de ações em atividades de capacitação visando estimular e melhorar as estruturas organizacionais, investimentos em infraestruturas adequadas para dar suporte ao subsetor das atividades de pós-captura do pescado, de modo a garantir boas práticas de manipulação e a boa qualidade do pescado e outros produtos da cadeia produtiva. Garantir condições de higiene e sanitária é uma condição para acessar mercados domésticos e cadeias de valor em outros mercados e por isso é de extrema importância mapear essas necessidades bem como apontar possíveis soluções.

Objetivo Geral Desenvolver atividades de pesquisa-ação e de extensão com comunidades tradicionais pesqueiras da amazônica para identificar problemas e demandas locais que afetam a atividade de pesca no que se refere ao acesso aos recursos e mercados e, ao mesmo tempo, conhecer experiências locais de gestão de pesqueira que apontem para metodologias inovadoras no campo da extensão pesqueira.

Os objetivos específicos:

- 1- Realizar diagnóstico participativo para identificar demandas das comunidades pesqueiras relacionadas ações de extensão pesqueira, considerando aspectos étnicos-raciais, de gênero e geração; identificando quais órgãos tem atuação junto a esses grupos e tipos de políticas públicas reivindicadas ou que precisam ser fortalecidas; identificar situações de escassez de pescado, fatores e possibilidades de ações de gestão comunitária da pesca de modo a obter a sustentabilidade da pesca e na renda; identificar ações que podem ser fortalecidas e tomadas como referências em políticas públicas de extensão e gestão pesqueira
- 2-Desenvolver capacitações visando promover ou apoiar atividades da cadeia produtiva da pesca voltadas à gestão pesqueira, com base nas informações geradas no DRP, relacionadas a cadeia produtiva da pesca, as espécies alvo, vulnerabilidades e ações de gestão; ações visando a valorização do trabalho das mulheres e Jovens que inclua a cadeia produtiva da pesca e/ou outras cadeias de produtos da biodiversidade;
- 3-Realizar oficinas para o empoderamento e incentivo à participação das pescadoras em espaços de tomada de decisão em projetos de gestão pesqueira desenvolvidos em seus territórios, capacitando-as para contribuir nas políticas públicas de extensão pesqueira; atentando para questões de equidade de gênero na tomada de decisões;
- 4- Capacitar agentes da sociedade civil, representantes da gestão pública – prefeituras e Estado -, entidades ligadas a pescadores/as artesanais para a participação em espaços de instrumento público (Conselhos, Comitês, Conferências e Plenárias relacionadas à pesca artesanal)
- 5- Realizar oficinas sobre o tema da inclusão produtiva e participativa, para capacitar pessoas das comunidades e lideranças de entidades ligadas à pesca artesanal para acessar políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal
- 6-Promover cursos sobre boas práticas da pesca e qualidade do pescado para acessar mercados nacionais identificadas em demandas das comunidades locais além de apresentar ferramentas de gestão de negócio;
- 7-Apresentar ferramentas para o gerenciamento de negócios empreendidos por mulheres pescadoras, agricultoras, artesãs e demais mulheres que atuam na cadeia produtivas da bioeconomia;
- 8- Realizar uma Conferência Regional de Extensão Pesqueira no Médio Solimões para a discussão e construção de um documento final que subsidiará propostas de políticas públicas para extensão pesqueira artesanal na pesca continental que inclua a transversalidade de gênero e juventude nas ações conjuntas dos distintos órgãos da administração pública que atuam com esse setor;
- 9- Produzir materiais – cartilhas, documentos, vídeos - que disseminem a contribuição dos objetivos e resultados do projeto que seja referência sobre o tema das políticas de extensão pesqueira na pesca continental

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

META 1 - *Realizar de forma coparticipativa um diagnóstico da realidade local considerando aspectos étnico-raciais, de gênero e de geração para caracterizar a cadeia produtiva da pesca artesanal, identificar demandas das comunidades relacionadas a ações de gestão e extensão pesqueira.*

Ação 1.1. Realizar um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar vulnerabilidades nas cadeias produtivas da pesca artesanal, espécies alvo e avaliação local de estoques – condições de acesso ao mercado e estratégias de comercialização;

Ação 1.2. Identificar demandas das comunidades relacionadas a ações de extensão pesqueira – identificando quais órgãos tem atuação junto a esse público, e tipos de políticas públicas reivindicadas ou que precisam ser fortalecidas

META 2 - *Desenvolver ações visando promover ou apoiar atividades das cadeias produtivas da pesca voltadas à gestão e extensão pesqueira*

Ação 2.1. Realizar **Oficina de educação para o manejo** para a capacitação de pescadores e pescadoras, visando incentivar ações de gestão de recursos pesqueiros

Ação 2.2. Realizar Oficinas visando o fortalecimento da organização social dos coletivos que desenvolvem projetos visando a gestão de recursos pesqueiros e melhoria da cadeia produtiva da pesca

META 3 - *Capacitação para o empoderamento das pescadoras para participar nos espaços de tomada de decisão; fortalecer as organizações de pescadoras, discutir temas relacionados à valorização do trabalho na cadeia produtiva da pesca; questões de saúde e adoecimentos associado ao trabalho na pesca;*

Ação 3.1. Realizar Oficina para promover o intercâmbio de experiências, empoderamento e incentivo à participação das pescadoras nas organizações e nos espaços de tomada de decisão;

Ação 3.2. identificar demandas das mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca e/ou outras cadeias de produtos da biodiversidade da região; identificar questões de saúde e adoecimento relacionados ao trabalho na pesca;

META 4 - *Capacitação de agentes para atuação junto às comunidades tradicionais pesqueiras nas ações de gestão e extensão pesqueira*

Ação 4.1. Realizar Oficinas sobre o tema da participação social para capacitar agentes do setor público – prefeituras e Estado – agentes da sociedade civil e representantes de entidades ligadas a pescadores/as artesanais visando qualificar esses agentes para a participação em espaços de instrumentos públicos relacionados à pesca artesanal - Conselhos Municipais de Pesca, Comitês, Conferências, Plenárias etc.

META 5 - *Realizar capacitação de representantes das comunidades tradicionais pesqueiras sobre o tema da inclusão produtiva e participativa, para acessar políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal (PAA, PNAE)*

Ação 5.1. Realizar Oficina de capacitação sobre comercialização do pescado, inclusão produtiva e participativa, com lideranças comunitárias e de entidades ligadas à pesca artesanal para desenvolver habilidades que lhes permitam acessar políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal

META 6 – *Realizar cursos sobre boas práticas da pesca e qualidade do pescado para acessar cadeias produtivas em mercados nacionais*

Ação 6.1. Capacitar coletivos de manejadores e manejadoras que desenvolvem projetos de gestão de recursos pesqueiros para capacitá-los para adotar as boas práticas de manipulação do pescado visando garantir a qualidade do produto e ter condições de acessar cadeias produtivas em mercados nacionais.

META 7 - *Apresentar ferramentas sobre o gerenciamento de negócios empreendidos por mulheres pescadoras, agricultoras, artesãs e demais mulheres que atuam nas cadeias produtivas da sociobioeconomia*

Ação 7.1. Realizar Oficinas visando a capacitação das pescadoras para o gerenciamento de negócios relacionados à cadeia produtiva da pesca ou outras cadeias produtivas da bioeconomia - agricultura, artesanato, açaí, farinha, óleos etc

Ação 7.2. Realizar Oficinas para capacitar as pescadoras no beneficiamento de subprodutos do pirarucu - couro, escamas e língua – para fazer o aproveitamento e acessar outras rendas

META 8 – *Realizar uma Conferência Regional de Extensão Pesqueira no Médio Solimões para a discussão e construção de um documento final que subsidiará propostas de políticas públicas para extensão pesqueira artesanal na pesca continental que inclua a transversalidade de gênero e juventude nas ações conjuntas dos distintos órgãos da administração pública que atuam com esse setor;*

Ação 8.1 - Elaboração de um Plano de Ação para a capacitação de agentes locais das comunidades, agentes públicos e instituições que atuam no setor pesqueiro artesanal para viabilizar programas e políticas existentes na área da gestão e extensão pesqueira.

Ação 8.2 - Fazer a devolutiva dos resultados do Diagnóstico realizado na META 1 às comunidades na forma de palestras e documentos impressos

META 9 - *Produzir materiais que disseminem a contribuição dos objetivos e resultados do projeto que seja referência sobre o tema das políticas de extensão pesqueira para a pesca continental*

Ação 9.1. Produzir materiais de divulgação dos resultados da pesquisa na forma de a) cartilhas com uso de linguagem acessível ao público alvo; b) produção de *podcast* que possam ser divulgados em programa de rádios a serem veiculados na região e mais além; c) produzir vídeos curtos para a divulgação das ações, com o envolvimento dos jovens e demais sujeitos que estarão participando das oficinas e cursos, os quais tem utilizado de forma frequente mídias digitais com uso de smartphones.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A proposta de pesquisa aqui apresentada está ancorada em demanda do Ministério da Pesca Artesanal (MPA) que por meio da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (SNPA) busca atender a uma política central do governo federal que é a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na construção de propostas de políticas públicas. Trata-se de uma meta central do atual governo que já estava presente na composição da equipe do Governo de Transição com o Grupo de Trabalho criado para discutir uma propostas de políticas públicas para a pesca artesanal, dentre elas a recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura, do qual participaram representantes dos movimentos sociais da pesca artesanal dos diversos territórios e ecossistemas pesqueiros e de vários setores ligados à atividade pesqueira artesanal, com uma abordagem de gênero e raça. Deste GT também participaram pesquisadores e pesquisadoras pertencentes a Universidades Públicas, reconhecidos por sua atuação como pesquisadores e pesquisadoras e por desenvolverem ações de extensão junto a comunidades tradicionais pesqueiras e outros setores da economia pesqueira. Assim, a recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura e a criação da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal, atendeu ao anseio do movimento social da pesca artesanal cuja expectativa é a participação dessa categoria na construção de políticas públicas para esse setor, especialmente no que se refere às ações de extensão pesqueira.

Nesse sentido, o **Programa Povos da Pesca Artesanal**, lançado no dia 02 de agosto de 2023, por meio do Decreto no.11.626, em evento que contou, de forma inédita, com a participação presencial de representantes de pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil tem como um de seus objetivos a elaboração e implementação de políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal, a ser construída de forma participativa, visando a elaboração de uma agenda de ações prioritárias destinadas à promoção e fortalecimento da pesca artesanal em todo o Brasil. Para alcançar essas metas o MPA, via a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA, busca construir parcerias com as Universidades Federais para desenvolver projetos de pesquisa-ação e extensão universitária junto às comunidades pesqueiras artesanais, considerando a vasta experiência acumulada e a capilaridade da atuação das universidades públicas na realização de projetos de ensino,

pesquisa e extensão, como é o caso da Universidade Federal do Pará que dentre as IFES situadas na região amazônica foi pioneira ao implementar uma política de descentralização por meio da construção de Campi onde se promove o ensino, a pesquisa e a extensão, capacitando e formando pessoas nas mais diversas localidades há mais de três décadas. Tais políticas qualificam essa IFES para a execução dessa proposta, com capacidade de gerar informações e obter subsídios que contribuam para a elaboração de um Plano Nacional de Extensão Pesqueira que seja sensível à diversidade de contextos socioambientais nos quais estão situadas as comunidades pesqueiras artesanais, dando ênfase às particularidades locais. Com essa meta a SNPA busca contrapor políticas anteriores que impuseram um modelo único de política de extensão pesqueira para ser aplicada em todo território nacional.

A proposta aqui apresentada atende aos objetivos da SNPA que visa alcançar as mais diversas regiões e promover a escuta, conhecer a diversidade de situações nas quais os agentes da pesca artesanal estão inseridos, para identificar problemas, conhecer soluções locais, reunir experiências e potencialidades que subsidiem uma proposta de um Plano Nacional da Extensão Pesqueira. A escolha das duas regiões para desenvolver o projeto se justifica pela importância de evidenciar a diversidade dos ecossistemas pesqueiros na Amazônia e comparar contextos e ações de extensão pesqueira em territórios que partilham algo em comum que é estarem inseridos fora e dentro de Unidades de Conservação de uso direto: uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX-MAR Caeté-Taperaçu, que é UC federal), uma Reserva Extrativista terrestre (RESEX Catuá-Ipixuna) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a RDS Mamirauá. Ambas são UC pertencentes ao Estado do Amazonas, estão situadas na região do Médio Rio Solimões e onde são desenvolvidas diversas ações de gestão de recursos pesqueiros no modelo Acordos de Pesca (IN 29/2002 – IBAMA) os quais são implementados a partir de iniciativas das comunidades pesqueiras locais que inclui povos etnicamente diferenciados das etnias Kokama, Miranha, Ticuna e outras. Algumas contam com assessoria técnica de extensão pesqueira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, que é uma OS supervisionada pelo MCTI. O IDSM foi pioneiro na implementação de um projeto inovador de gestão pesqueira com foco na espécie pirarucu (*Arapaima gigas*) que forneceu os subsídios para o instrumento normativo Acordos de Pesca, e tem sido uma instituição que desenvolve ações de extensão pesqueira na região do Médio Solimões assessorando vários coletivos que desenvolvem Acordos de Pesca (IDSM/IBAMA 2023 – Relatório Técnico). Contudo, não consegue atender as demandas crescentes das comunidades pesqueiras dessa e de outras regiões.

Outros coletivos são assessorados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas – SEMA, que é o órgão responsável pela gestão das UCs de uso direto no estado. Nesse sentido, a presente proposta de pesquisa visa colaborar com elaboração de uma proposta de política de extensão pesqueira que será ancorada em demanda de coletivos de pescadores e pescadoras que encontram muitos desafios para desenvolver ações de gestão de recursos pesqueiros diante da incapacidade de órgãos da gestão pública no nível municipal, estadual e federal de desenvolver ações de extensão e inovação e forneçam capacitação técnica para os coletivos que desenvolvem projetos de gestão de recursos pesqueiros. Por outro lado, as demandas de comunidades pesqueiras da RESEX Mar Caeté-Taperaçu, região costeira do estado do Pará, apontam para situações de vulnerabilidades no acesso a recursos pesqueiros e ao mercado, por exemplo, que reforçam a relevância de um estudo para identificar demandas e proposição de políticas e instrumentos normativos relacionados à gestão, extensão e inovação na atividade pesqueira artesanal na região costeira da Amazônia.

Em ambas as áreas a Universidade Federal do Pará tem se destacado na realização de ações de pesquisa e extensão há mais de 30 anos. Pesquisadores da UFPA estiveram presentes no processo de criação da RESEX Caeté-Taperaçu e continuam atuando neste e em outras RESEX Mar da região costeira da Amazônia. Na região do Médio Solimões o modelo de UC que resultou na criação da categoria RDS, incluída no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) foi elaborado por pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Pará, em parceria com pesquisadores de outras universidades públicas e do Museu Paraense Emilio Goeldi. Essa atuação da UFPA continua presente nas duas regiões.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- (x) Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. A Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) da Universidade Federal do Pará, no valor de 15% da proposta (R\$ 27.600,00).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	DESPESAS	Indicador Físico		Indicador Financeiro		Duração	
			Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1 - Ação 1 e 2.	Realizar três oficinas (2 com moradores/as de comunidades da região do Médio Solimões; uma na região costeira do estado do Pará), com uso de metodologias participativas (DRP e Grupo Focal); aquisição de material escritório, aparelho de refrigeração, datashow, notebook e tablets;	Custeio de alimentação, combustível para deslocamento da equipe e participantes, material de consumo; contratação de mediador/a para as oficinas; pagamento de bolsista		1	R\$ 62.347,00	R\$ 62.347,00	01/24	12/24

Produto - Serão realizadas atividades preparatórias com membros da equipe e com parceiros de outras instituições; contatos com representantes das comunidades para apresentar o projeto e planejar as atividades que deverão ocorrer entre nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024; A primeira oficina será realizada em março, as demais entre os meses de abril e dezembro 2024.

	Serão realizadas duas Oficinas de educação	Custos operacionais na						
--	---	------------------------	--	--	--	--	--	--

META 2 – Ação 1 e 2	para o manejo para a capacitação de pescadores e pescadoras da região do Médio Solimões; Resex Catuá-Ipixuna visando capacitar para desenvolver ações de gestão de recursos pesqueiros; Realizar Oficinas visando o fortalecimento da organização social dos coletivos que desenvolvem projetos de manejo para melhorias na cadeia produtiva da pesca;	realização das duas oficinas envolve despesas com alimentação, combustível (gasolina para apoiar a participação das pescadoras e pescadoras que residem nas UCs), material de consumo, passagens fluviais e aéreas	1	R\$ 33.682,25	R\$ 33.682,25	01/24	12/25
Produto – Elaborar relatório técnico; construção de um plano de ação com demandas de capacitação identificadas durante as Oficinas.							
Meta 3 Ação 1 e 2	Ação 1 e 2. Realizar Oficina para promover o intercâmbio de experiências, empoderamento e incentivo à participação das pescadoras nas organizações e nos espaços de tomada de decisão; identificar demandas das mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca e/ou outras cadeias da biodiversidade; questões de saúde e adoecimento relacionados ao trabalho na pesca;	Custeio de despesas com contratação de consultoria, alimentação para 30 pessoas, aluguel de espaço, combustível (gasolina para apoiar participação das pescadoras e pescadoras que residem nas UCs), confecção de camisetas, material de consumo, passagens fluviais e aéreas, hospedagem	1	R\$ 50.397,00	R\$ 50.397,00	08/24	09/25
Produto	As Oficinas deverão reunir pescadoras das duas áreas abrangidas pelo projeto no Médio Solimões e da Resex Caeté-Taperaçu; será elaborado relatório com informações sobre o público participante das oficinas e resultados alcançados; produzido podcast e divulgação das ações por mídias digitais contando com a colaboração das participantes na produção dos conteúdos e divulgação; pretende-se avaliar a realização de intercâmbio de lideranças entre os dois tipos de territórios pesqueiros – várzea e zona costeira.						
META 4 – Ação 1	Ação 1. Realizar Oficina com agentes do setor público, sociedade civil e entidades ligadas a pescadores/as artesanais visando qualificar esses agentes para participar de espaços públicos de gestão social relacionados à pesca artesanal - Conselhos Municipais de Pesca, Comitês, Conferências, Plenárias etc.; capacitar agentes públicos para atuar em parceria com comunidades pesqueiras na gestão e extensão pesqueira	Custos operacionais na realização das duas oficinas envolve despesas com contratação de consultoria, alimentação para 30 pessoas, aluguel de espaço, combustível (gasolina para apoiar a participação das pescadoras e pescadoras que residem nas UCs), material de	1	R\$ 47.334,75	R\$ 47.334,75	06/25	11/25

		consumo, passagens fluviais e aéreas, hospedagem						
Produto	Elaborar relatório técnico; construção de um plano de ação com demandas de capacitação identificadas por representantes de pescadores e também das agências de extensão do Estado e Municípios durante as Oficinas.							
META 5 Ação 1	Ação 5.1. Realizar 2 Oficinas de capacitação sobre comercialização do pescado, inclusão produtiva e participativa, com lideranças comunitárias e de entidades ligadas à pesca artesanal para desenvolver habilidades que lhes permitam acessar políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal (PAA, Subvenção do Governo do Amazonas, PRONAF, PNAE)	Custos operacionais na realização das duas oficinas envolve despesas com contratação de consultoria, alimentação para 60 pessoas, aluguel de espaço, combustível (gasolina para apoiar a participação das pescadoras e pescadoras que residem nas UCs), material de consumo, passagens fluviais e aéreas, hospedagem		1	R\$ 45.600,00	R\$ 45.600,00	04/25	12/25
Produto	Elaborar relatório técnico; construção de um plano de ação com demandas de capacitação identificadas durante as Oficinas.							
META 6 – Ação 1 e 2	Realizar 2 cursos sobre boas práticas da pesca e qualidade do pescado para manejadores/as que desenvolvem projetos de gestão de recursos pesqueiros nas Resex Catuá-Ipixuna e RDS Mamiraua (município de Fonte Boa)	Custos operacionais: despesas com alimentação para 30 pessoas, despesas com combustível (gasolina para apoiar a participação das pescadoras e pescadoras que residem nas UCs), material de consumo, passagens fluviais e aéreas, hospedagem		1	R\$ 31.325,00	R\$ 31.325,00	06/24	11/25
Produto	Serão capacitadas em média 60 pessoas, lideranças locais que deverão repassar as técnicas aprendidas no cursos; serão elaborados relatórios técnicos para fins de monitoramento das capacidades do coletivo implementar as ações.							
META 7 Ação 1 e 2	Ação 1 e 2. Realizar Oficinas de capacitação das pescadoras para o gerenciamento de negócios relacionados à cadeia produtiva da pesca ou outras cadeias produtivas da	Custos operacionais: despesas com alimentação para 30 pessoas, despesas com combustível (gasolina para			R\$ 33.539,00	R\$ 33.539,00	06/24	07/25

	bioeconomia - agricultura, artesanato, açai, farinha, óleos etc e oficina para o beneficiamento de subprodutos do pirarucu, como couro, escamas e língua	apoiar a participação das pescadoras que residem nas UCs), material de consumo, passagens fluviais e aéreas, hospedagem							
Produto	Produção de Relatório com resultado da capacitação; identificação de demandas, aperfeiçoamento de metodologias participativas que possam ser replicadas pelas pescadoras em suas comunidades. Produção de <i>podcast</i> pelas pescadoras.								
Meta 8 Ação 1 e 2	Ação 1 e 2. Realizar I Encontro Regional de Extensão Pesqueira no Médio Solimões para a discussão e construção de um documento final que subsidiará propostas de políticas públicas para extensão pesqueira artesanal na pesca continental que inclua a transversalidade de gênero e juventude nas ações conjuntas dos distintos órgãos da administração pública que atuam com esse setor; elaborar Plano de Ação para a capacitação de agentes locais das comunidades, agentes públicos e instituições que atuam no setor pesqueiro artesanal para viabilizar programas e políticas existentes na área da gestão e extensão pesqueira.	Custeio de despesas com alimentação, confecção de banner e camisetas, impressão programa, contratação de mediadora, aluguel de espaço, diárias, hospedagem, passagem para participantes			R\$ 60.750,00	R\$ 60.750,00	04/25	12/25	
Produto	Produção de Relatório com resultado do I Encontro, apontando demandas identificadas, propostas de ações, e de continuidade do evento. Produção de vídeos e <i>podcast</i> para divulgação do evento. .								
Meta 9 Ação	Ação.1. Fazer a devolutiva dos resultados do projeto às comunidades e demais envolvidos com uso de metodologias participativas, com palestras, produção de cartilhas com uso de linguagem acessível ao público-alvo; produção de <i>podcast</i> que possam ser divulgados em programa de rádios a serem veiculados na	Despesas com editoração e impressão de cartilhas e documentos; produção de material audiovisual, Consultoria, material de consumo			R\$ 35.025,00	R\$ 35.025,00	03/24	12/25	

	região e mais além; produção de vídeos curtos utilizando smartphone para a divulgação das ações, com participação de jovens e demais sujeitos que estarão participando das oficinas e cursos.							
Produto	Produção de distribuição de cartilhas; elaboração de Relatório Final; apresentação dos resultados em palestras, eventos acadêmicos e dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras.							
10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO								
MÊS/ANO				VALOR				
Novembro de 2023				R\$200.000,00				
Novembro de 2024				R\$200.000,00				
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD								
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA				CUSTO INDIRETO		VALOR PREVISTO		
339030				SIM		R\$125.100,00		
449052				SIM		R\$15.403,00		
339033				SIM		R\$89.937,00		
339039				SIM		R\$87.660,00		
339014				NÃO		R\$23.700,00		
339018				NÃO		R\$ 43.200,00		
339035				SIM		R\$12.000,00		
339037				SIM		R\$3.000,00		
12. PROPOSIÇÃO								
Local e data								
Emmanuel Zagury Tourinho Reitor da Universidade Federal do Pará								
13. APROVAÇÃO								
Local e data								
Cristiano Wellington Norberto Ramalho Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA/ Ministério da Pesca e Aquicultura								

Observações:

1) *Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.*

2) *A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.*



Emitido em 27/09/2023

PLANO DE TRABALHO Nº 2/2023 - PPGA (11.38.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/09/2023 14:55)

ANTONIO CARLOS DA CRUZ VILLAS

SECRETÁRIO(A) DE PÓS-GRADUAÇÃO - TITULAR

PPGA (11.38.08)

Matrícula: ###556#8

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 2
, ano: 2023, tipo: PLANO DE TRABALHO, data de emissão: 27/09/2023 e o código de verificação: 1b60b1e2e3